

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
25 DE SETEMBRO DE 2024**

----- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas e seis minutos, na vila de Oleiros, no Auditório da Casa da Cultura, sita na Praça da República, reuniu a Assembleia Municipal de Oleiros, presidida pelo senhor Joaquim Silvério Dias Mateus, coadjuvado pela senhora Maria Amélia Sousa Eusébio Marques dos Santos e senhor Ângelo de Jesus Antunes, primeira e segundo Secretários respetivamente. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus**, deu início aos trabalhos da sessão ordinária, cumprimentando o Executivo Municipal, as senhoras e os senhores Deputados, os funcionários e o público presentes. Posteriormente solicitou à primeira Secretária de Mesa, Maria Amélia Santos, para que procedesse à chamada, fazendo circular pelos respetivos Membros, a folha de presenças para ser devidamente rubricada. A Sessão foi objeto de gravação.-----

PRESENCAS: -----

Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Joaquim Silvério Dias Mateus, Maria Amélia Sousa Eusébio Marques dos Santos, Ângelo de Jesus Antunes, Paulino José Antunes Mendes, Luís Miguel dos Santos Nunes, Pedro Miguel Mateus Custódio, Sandra Purificação da Silva Gonçalves, Albino Coelho Caldeira, Helena Raquel Lopes Pereira Freire, Luís Antunes Alves, Regina Maria Neves Fernandes, Fernando Martins Mendes, Fernando de Jesus Alves, Nuno Rafael Martins Marques e José Antunes Simão. -----

Mais Concelho de Oleiros (MCO) – António Jorge Mendes Dias, Joaquim José Pedroso dos Reis da Silva, Cristina Maria Pires Ferreira de Matos, José Fernandes Marques, Eliseu Martins Ferreira de Matos, Ana Maria Nunes Ramos, Amélia Regina Fernandes Ribeiro, José Barata de Almeida e Fernando do Carmo Dias. -----

Pelo Progresso da Freguesia (PPF) – Luís Miguel Pires Roque. -----

Da Câmara Municipal de Oleiros – O senhor Presidente da Câmara Municipal Miguel Alexandre Silva Costa Santos Marques (PPD/PSD), os senhores Vereadores Filipe Bártoło Martins Dias (PPD/PSD) e António Jorge Fernandes Antunes (MCO). -----

FALTAS: Verificou-se a ausência dos senhores Deputados e senhoras Deputadas Camila Batista Lourenço, Armando de Jesus Ventura, José Jorge Nunes Martins, Fernanda Maria da Trindade

Nunes Gonçalves e Paulo Alexandre Gonçalves Silva. -----
----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), solicitou à senhora Primeira Secretária de Mesa, Maria Amélia Santos, que informasse dos deputados ausentes, e ao abrigo do quadro legal aplicável, os seus substitutos. A senhora **Primeira Secretária de Mesa** informou que os deputados ausentes apresentaram justificação, enumerando: -----

- A Deputada Municipal Camila Batista Lourenço substituída por Luís Miguel dos Santos Nunes. -----

- O Deputado Municipal Armando de Jesus Ventura substituído por Sandra Purificação da Silva Gonçalves. -----

- O Deputado/Presidente da Junta de Freguesia de Estreito - Vilar Barroco José Jorge Nunes Martins, substituído pela Secretária da Junta de Freguesia, Regina Maria Neves Fernandes. -----

- A Deputada Municipal Fernanda Maria da Trindade Nunes Gonçalves substituída por Ana Maria Nunes Ramos. -----

- O Deputado Municipal Paulo Alexandre Gonçalves Silva substituído por Amélia Regina Fernandes Ribeiro. -----

ABERTURA DA SESSÃO: Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificada a presença de todos os membros do Órgão, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF) declarou aberta a sessão ordinária, com a presença dos vinte e cinco deputados municipais. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA – A preencher nos termos previstos do Regimento: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 28 de junho de 2024 -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), relativamente ao documento em apreço, apontou um lapso na versão distribuída pelos senhores deputados, contudo o mesmo já tinha sido retificado. Face ao exposto, passou a palavra ao senhor Segundo Secretário de Mesa, Ângelo Antunes, que destacou o lapso na página dois do documento em apreço, onde se lia “*José Antunes Simão*” devia passar a ler-se “*Luís Antunes Alves*”. Referiu que a alteração já tinha sido feita. Retomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, destacando que a versão definitiva já contemplava essa correção. Ainda relativamente à ata e particularmente ao documento em apreço, referiu que se

tinha vindo a verificar que as atas eram demasiado extensas, documentos demasiado pormenorizados, que, obviamente, quando necessário não podia ser doutra forma, as mesmas tinham de relatar o que se passava, mas, por vezes, haviam determinadas redundâncias, determinadas repetições que, no esforço de melhoria, a Mesa decidiu que não havia utilidade em repetir o conteúdo das propostas que iam sendo votadas. Destacou que as propostas eram objeto de um arquivamento e consultáveis por quem lhes tivesse interesse para os mais diversos efeitos. Nesse sentido, a Mesa da Assembleia decidiu que as atas e no caso concreto das propostas, não seriam objeto de transcrição na ata, seria apenas feita uma referência à proposta e ao resultado, obviamente, das votações. Pretendia-se uma simplificação retirando algum texto, porque se considerava que, de facto, não era necessário, por se entender ser duplicação, uma redundância relativamente às próprias propostas que estavam devidamente arquivadas e consultáveis. Fazia ainda outra observação, destacando que haveria um esforço, nomeadamente de quem elaborava as atas e da própria Mesa, para sintetizar ao máximo, sem prejuízo de não adulterar aquilo que era o essencial de cada um dos assuntos, mas para simplificar ao máximo. Assim solicitava também aos senhores e às senhoras deputados que, nas suas intervenções, evitassem repetições, redundâncias, tanto quanto possível, porque todos ganhariam com isso e a clareza da documentação ficaria também a ganhar. De seguida, solicitou à senhora Primeira Secretária de Mesa, Maria Amélia Santos, que indicasse quem não poderia participar da aprovação, por não ter estado presente na referida sessão. -----

----- Colocou à consideração da Assembleia Municipal a ata supramencionada. -----

----- Não se registaram mais intervenções, pelo que foi a ata colocada a votação. A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro. Não participaram na aprovação/votação do documento os senhores Deputados e Deputadas Pedro Miguel Mateus Custódio, Helena Raquel Lopes Pereira Freire, Luís Antunes Alves, Regina Maria Neves Fernandes, Sandra Purificação da Silva Gonçalves, Ana Maria Nunes Ramos e Amélia Regina Fernandes Ribeiro. -----

2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que a mesa cumpra produzir -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), informou que lhe tinha sido remetida, pela senhora Presidente da CPCJ de Oleiros, uma carta sobre o término do segundo mandato da representante dos cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal, a senhora Deputada Regina Maria das Neves Fernandes,

e conseqüentemente, a necessidade de designar um senhor ou uma senhora deputada. Acrescentou que o presente assunto seria tratado no último ponto da presente Ordem de Trabalhos, mediante apreciação e votação da proposta que propunha a recondução de Regina Fernandes, obviamente, sem prejuízo de aparecerem outras propostas relativamente ao tema. ----
----- Não se registaram intervenções. -----

3 – Informação sobre assuntos gerais de interesse para o município -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), introduziu o ponto três da ordem de trabalhos e solicitou aos senhores deputados que quisessem usar da palavra que se inscrevessem para o efeito. -----

----- Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Municipal Albino Coelho** (Grupo Municipal PSD e PPF). Cumprimentou os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal e leu um Voto de Pesar, subscrito pelos deputados do Grupo Municipal PSD e PPF, pelo falecimento do senhor António Martins Ventura. Documento em apenso como **Anexo I**. ----

----- Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), referindo ter uma palavra pessoal relativamente à proposta apresentada. Destacou ser contemporâneo do senhor António Martins Ventura, foram sempre muito amigos, independentemente de todas as posições que se pudessem ter na vida. Testemunhava perante todos os presentes naquela Assembleia, as qualidades humanas daquele concidadão. Foi com tristeza que o viu partir e portanto, queria deixar também aquela nota pessoal. De seguida colocou a votação o Voto de Pesar apresentado, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**. -----

----- Posteriormente foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Municipal Paulino Mendes** (Grupo Municipal PSD e PPF) que, após cumprimentar os presentes na sessão, apresentou também um Voto de Pesar, subscrito pelos deputados do Grupo Municipal PSD e PPF, pelo falecimento do senhor João Mateus. Documento em apenso como **Anexo II**. -----

----- Seguiu-se o senhor **Deputado Municipal Pedro Custódio** (Grupo Municipal PSD e PPF) que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes na sessão. Leu um Voto de Felicitação, subscrito pelos deputados do Grupo Municipal PSD e PPF, ao Município de Oleiros pelo filme promocional “*Oleiros, Deixa-te abraçar*”. Documento em apenso como **Anexo III**. --

----- No cumprimento dos deputados inscritos, usou da palavra o senhor **Deputado Municipal Luís Nunes** (Grupo Municipal PSD e PPF) que apresentou um Voto de Felicitação, subscrito pelos deputados do Grupo Municipal PSD e PPF, ao Município de Oleiros pela realização da

“XXII Feira do Pinhal e Dia do Concelho”. Documento em apenso como **Anexo IV**. -----

----- Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Municipal Eliseu Matos** (GMMCO) que leu um Voto de Pesar e Reconhecimento ao senhor António Martins Ventura. Documento subscrito pelos senhores deputados do Grupo Municipal MCO, em apenso como **Anexo V**. -----

----- Posteriormente usou da palavra o senhor **Deputado Municipal José Fernandes Marques** (GMMCO) que, após cumprimentar os presentes, leu uma Recomendação intitulada “*Semana da Juventude – Falta de lugares no Berçário*” ao Município de Oleiros. Documento subscrito pelos senhores deputados do Grupo Municipal MCO, em apenso como **Anexo VI**. -----

----- De seguida, foi concedida a palavra à senhora **Deputada Municipal Cristina Matos** (GMMCO) que leu um Voto de Pesar e de Reconhecimento ao senhor João Mateus. Documento subscrito pelos senhores deputados do Grupo Municipal MCO, em apenso como **Anexo VII**. ----

----- Usou da palavra o senhor **Deputado Municipal/Presidente da Junta de Freguesia de Orvalho, Luís Roque** (Grupo Municipal PSD e PPF) que leu um Voto de Felicitação, subscrito pelos deputados do Grupo Municipal PSD e PPF, ao Município de Oleiros pela realização da “*Feira de Emprego de Oleiros – 1.ª Edição*”. Documento em apenso como **Anexo VIII**. -----

----- Não havendo mais deputados inscritos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), referiu que iria colocar a votação os três Votos de Pesar apresentados, designadamente: -----

- O Voto de Pesar, subscrito pelos deputados do Grupo Municipal PSD e PPF, pelo falecimento do senhor João Mateus (**Anexo II**), aprovado por **unanimidade**; -----

- O Voto de Pesar e Reconhecimento ao senhor António Martins Ventura, subscrito pelos senhores deputados do Grupo Municipal MCO (**Anexo V**), aprovado por **unanimidade**; -----

- O Voto de Pesar e de Reconhecimento ao senhor João Mateus, subscrito pelos senhores deputados do Grupo Municipal MCO (**Anexo VII**), aprovado por **unanimidade**. -----

----- De seguida, foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Municipal António Dias** (GMMCO) que começou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Referiu ter duas notas em género de recomendação, sendo a primeira quase que um desafio. Destacou que há uns anos, na altura tinha funções no Executivo Municipal, considerou-se repensar a Feira do Pinhal. Nesse sentido reajustaram-se os dias em face daquilo que foi considerado à realidade da altura. Destacou o voto de felicitação apresentado momentos antes, referindo nada terem a opor, pois era com agrado que todos viviam aqueles dias de festa. No entanto, considerava importante, de tempos a tempos, avaliar-se o custo/benefício do evento. Mencionou que daquilo que teve

Colo

oportunidade de acompanhar/observar da Feira do Pinhal 2024 foi que houve claramente aspetos positivos, mas que também teria tido, pelo menos nalguns dias, menos gente, algumas pessoas queixaram-se da repetição das mostras, outros evidenciaram que não haveria uma representação significativa das empresas do concelho, ou seja, houve aspetos positivos, contudo há que repensar os aspetos menos bons, era esse o desafio que deixava e que talvez fosse importante reequacionar a Feira com a estruturação que tinha, eventualmente se anual ou bianual. Relativamente à data foi a escolha feita e devia ser respeitada, embora talvez não fosse a mais adequada, porque muita gente marcava as férias em função de outra data e talvez isso fosse uma das razões por existir menos gente em alguns dias. O outro desafio que também queria deixar estava relacionado com a Estrada Nacional 350, no percurso que ligava as localidades Casal Novo / Madeirã. Destacou que aquele troço não só tinha falta de marcação na via como tinha a vegetação a entrar pelos rails/via adentro. Considerava ser uma questão premente, lançando o desafio de avaliarem aquela situação, tão breve quanto possível. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), agradeceu a intervenção e referiu que ficavam registadas as recomendações. Mencionou que quanto à Feira, obviamente sendo uma competência do Município, o Executivo certamente tomaria nota da recomendação e faria o seu próprio juízo e avaliação relativamente à recomendação. Quanto à estrada, e a tratar-se de uma estrada municipal, certamente que o Executivo também iria tomar nota da recomendação. -----

----- Não se registaram mais intervenções. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º e no 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal, Miguel Marques** (PPD/PSD), que cumprimentou a Mesa de Assembleia e os presentes na Sessão. Prosseguiu referindo que antes prestar alguns esclarecimentos sobre a informação escrita, queria deixar duas ou três notas sobre aquilo que o senhor Deputado Municipal António Dias tinha apontado. Começou por destacar a estrada que ligava o Casal Novo à Madeirã e que, efetivamente, a precisava de nova sinalização horizontal. Informou já terem sido pedidos orçamentos para o efeito, salientando os valores elevados dos mesmos. Acrescentou que essa era uma intenção da Câmara Municipal, proceder à pintura da sinalização horizontal, tendo inclusive a mesma sido

discutida/abordada com os senhores Presidentes de Junta de Madeirã e também do Sobral. Relativamente à vegetação era um problema que existia, informou que tinha sido feito um corte há pouco tempo, mas a mesma crescia rapidamente. Acrescentou ter passado por lá e efetivamente, em alguns sítios já passava pelos rails. Referiu estarem atentos a isso e que iriam tentar solucionar essa questão o mais rapidamente possível. No tocante à Feira do Pinhal, deixou duas notas, lembrando a Assembleia Municipal que a separação entre as Festas de Santa Margarida e a Feira do Pinhal foi votada/decidida pela Associação de Festas de Santa Margarida, obviamente, sem carácter vinculativo. No entanto, decorrente dessa decisão foi feito um documento que, mais tarde, foi entregue ao Executivo Municipal que, em reunião de Câmara Municipal, já com o presente Executivo em funções, foi decidido, também por unanimidade, proceder-se à separação da Feira do Pinhal dos festejos em honra de Santa Margarida. Obviamente que haviam aspetos positivos e outros negativos, tecendo algumas considerações. Destacou que os eventos podiam e deviam ser todos repensados, tal como já tinha acontecido no presente mandato, a redução dos dias do evento. -----

Prosseguiu fazendo uma exposição resumida sobre diversos aspetos da atividade municipal, destacando estar disponível para prestar esclarecimentos no final. Enumerou: -----

- 1. *Presença na Inauguração da Feira dos Sabores do Tejo em Vila Velha de Ródão;* -----
- 2. *Presença no Encerramento do Programa Freguesias em Movimento no Estreito;* -----
- 3. *Reunião com as Juntas de Freguesia sobre a operacionalidade das carrinhas na deteção de incêndios e utilização do Kit's;* -----
- 4. *Reunião com o IEFPP – Serviço de Emprego da Sertã;* -----
- 5. *Presença no Jantar de Encerramento da Academia Sénior;* -----
- 6. *Presença numa Sessão de Esclarecimento do ICNF sobre redes primárias de gestão de combustível na Junta de Freguesia de Estreito-Vilar Barroco;* -----
- 7. *Presença no Conselho Municipal de Educação;* -----
- 8. *Presença no dia da Freguesia de Oleiros-Amieira;* -----
- 9. *Reunião com a Delegada de Saúde, APA e SEPNA sobre análises das águas das praias fluviais;* -----
- 10. *Presença na Inauguração da requalificação do Largo dos Azevedos no Orvalho;* -----
- 11. *Presença na Inauguração da iluminação exterior da Igreja Matriz da Isna;* -----
- 12. *Reunião com o novo Coordenador Regional do STAL;* -----
- 13. *Presença na reunião com o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses que*

decorreu na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oleiros, com a presença de todas as Corporações do Distrito de Castelo Branco; -----

----- 14. Presença na inauguração do Festival Sabores de Perdição em Castelo Branco; -----

----- 15. Presença na receção aos Professores no novo ano letivo; -----

----- 16. Presença na entrega do Prémio António Champalimaud de Visão na Fundação Champalimaud. -----

----- 17. Presença na 1.º Edição da Semana da Juventude e Feira do Emprego, promovidas pelo Município de Oleiros. -----

----- Acrescentou ainda, e antes de terminar a sua intervenção, que a Câmara Municipal tinha sido notificada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC, que a candidatura de requalificação do *Miradouro do Zebro - Valorização do Património Natural*, tinha sido comparticipada em mais noventa e dois mil euros, atingindo assim os oitenta e cinco por cento de comparticipação, ou seja, dos quinhentos e noventa e seis mil seiscientos e sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos (596.661,35€) de investimento, foram, até ao momento, comparticipados quinhentos e sete mil, cento e sessenta e dois euros e quinze cêntimos (507.162,15€), havendo ainda, segundo informação que obteve, a possibilidade de chegar a uma comparticipação de cerca de noventa por cento. -----

Situação Financeira -----

----- O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Miguel Marques** (PPD/PSD), deu conhecimento da situação financeira da Câmara Municipal de Oleiros. Começou por indicar os valores totais arrecadados e pagos ao nível das receitas e despesas, correntes e de capital, cujos montantes totais foram de nove milhões, oitocentos e trinta mil, setecentos e cinquenta e um euros e oitenta e seis cêntimos nas receitas e de nove milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e três euros e setenta e nove cêntimos nas despesas. Destacou das rubricas da receita, os valores mais significativos arrecadados, mencionando as transferências do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) no valor de um milhão, cento e oitenta e seis mil, duzentos e oitenta euros; venda de bens com aproximadamente duzentos e oitenta e dois mil euros; rendimentos de propriedade detinham um valor aproximado de setecentos e trinta mil euros. Referiu que as dívidas, quer a fornecedores quer a empreiteiros e outras, representavam um valor de cerca de trezentos e oitenta e quatro mil euros. Ao nível das despesas mais significativas, nomeadamente vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos variáveis ou eventuais, descontos para a Caixa Geral de Aposentações, ADSE, Segurança Social, Seguros e encargos com a saúde,

apresentava-se uma verba aproximada de dois milhões, novecentos e dezanove mil euros. Iluminação pública e edifícios com aproximadamente trezentos e seis mil euros; combustíveis cerca de duzentos e treze mil euros; transferências para autarquias, instituições sem fins lucrativos e associações de municípios, uma verba com um valor de cerca de oitocentos e oitenta e sete mil euros. Mencionou ainda que a Autarquia registava um total de disponibilidades monetárias em operações orçamentais de quatrocentos e trinta e sete mil trezentos e vinte e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos e em operações não orçamentais, o valor de duzentos e setenta e quatro mil, e trinta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos. -----

----- Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Municipal António Dias** (GMMCO) que, sobre aquele ponto e sobre uma questão específica que havia na ordem de trabalhos, nomeadamente a aprovação do empréstimo que, normalmente, e quando havia a aprovação de um empréstimo com menos de um ano, era acompanhado de um documento designado de *serviço de dívida*. Questionou se seria possível, no decurso da Assembleia, todos os membros do Órgão terem esse documento, até porque daria outro conforto ter essa informação no momento da votação do empréstimo. Prosseguiu, colocando outro assunto, nomeadamente sobre a Praia Fluvial de Cambas e a sua interdição de banhos por causa da presença de salmonella. Referiu que, enquanto cidadão, tem acompanhado o projeto efetuado pelo Município, pelos Serviços do Município para aquele espaço e, recentemente, da associação que tem vindo a ser feita do problema da poluição ao Mercado do Xisto, associação essa com a qual não concordava. Explicou que as casas de banho existentes na Praia Fluvial não tinham ligação àquilo que era o sistema de saneamento da aldeia. As casas de banho estavam feitas com aquilo que se fazia na altura, com uma fossa “*rota*” que era absorvida pelo solo que, por sua vez, não estava muito distante do leito da água. No dia a dia da aldeia ou até mesmo no verão, nos meses de julho e agosto, que triplica o número de habitantes e visitantes e que iam utilizando as casas de banho, ia sendo razoável aquele sistema, no entanto, era completamente diferente quando duas mil pessoas, num fim de semana de Mercado do Xisto, utilizavam as referidas casas de banho, era uma pressão totalmente diferente. Referiu concordar com o Mercado do Xisto, considerando ser um evento que trazia vida à aldeia e nesse sentido, deixava o desafio de os serviços do município olharem para a dimensão daquilo que eram as poucas infraestruturas ou as infraestruturas existentes, em face daquilo que era uma necessidade, num determinado período, nomeadamente em fins de semana de eventos e durante os meses estivais. Não estava a associar uma coisa e outra, mas de certeza que aquilo envolvia uma intensidade de utilização que não era aquela que

era normal e por certo não era aquela para que tinha sido dimensionada. No sentido construtivo, deixava o desafio, porque o importante era resolver a questão. -----

----- O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Miguel Marques** (PPD/PSD), referiu que decorrente da reunião com a Delegada de Saúde, APA e SEPNA sobre análises das águas das praias fluviais, foi informado que no presente ano/época balnear, houve mais praias interditas que nos últimos seis anos. Referiu que não se conhecia a causa, não havia ainda uma resposta concreta relativamente à questão da origem e presença de salmonella. Quanto à outra questão colocada, referiu ter consigo o documento, e que podia dar a informação de qual era a capacidade de endividamento, quando estivessem a apreciar esse ponto, na ordem de trabalhos. Interveio o senhor **Deputado Municipal António Dias** (GMMCO) destacando que o serviço da dívida não tinha a ver com capacidade de endividamento, mas sim com os empréstimos que estavam em curso e a utilização que foi dada a esses empréstimos em curso. -----

----- Foi concedida a palavra à **Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial, Cristina Garcia**, que após cumprimentar os presentes na sessão, informou que quando foi solicitada autorização ao Órgão Deliberativo para a contratação daquele novo empréstimo, nessa altura, a proposta para o efeito vinha acompanhada dos mapas dos empréstimos que existiam e do mapa de endividamento. Caso fosse esse o entendimento, podia fazer chegar novamente essa informação aos senhores deputados, que era feito trimestralmente. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), referiu que tinha sido dado o esclarecimento e que iria avançar para o ponto seguinte, no entanto, se houvesse alguma dúvida acrescida poderia voltar-se ao assunto. -----

2 – Apreciação e votação da Proposta n.º 164/2024 - Plano Municipal de Ação Climática ---

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta número cento e sessenta e quatro barra dois mil e vinte e quatro, datada de treze de junho do corrente ano, através da qual se propunha a aprovação do Plano Municipal de Ação Climática de Oleiros. -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), e referiu deixar uma nota pessoal relativamente ao documento em apreço. Destacou o interesse daquele documento, apontando não ser fácil encontrar tanta informação relativamente a aspetos vários do concelho reunidos num estudo, e, portanto, independentemente da decisão que fosse tomada pela Assembleia Municipal relativamente ao tema, anotava a riqueza e a vastidão da informação que constavam no documento. -----

----- No uso da palavra o senhor **Deputado Municipal António Dias** (GMMCO) destacou ter

duas questões prévias para colocar antes de fazer uma intervenção sobre o assunto, designadamente se o presente estudo era obrigatório e quanto tinha custado. Acrescentou que partilhava da riqueza da informação, contudo se comparado com outros estudos publicados verificava-se que as cento e trinta e duas páginas iniciais eram em muito similares a outros estudos, porque era informação que estava disponível para recolha em entidades/fundações. No entanto, considerava ser importante comparar-se em termos de utilidade de custo/benefício. Nesse sentido, lembrou um estudo feito pela SPI, presente à Assembleia Municipal, ainda não há muito tempo, muito similar ao presente, também detentor de um grande conjunto de informação acerca da competitividade do concelho e do tecido económico. Apontou que no Plano em apreço, parte das medidas que se propunham na parte final, eram medidas que, ao longo dos anos, tinham sido propostas. Ou seja, estava-se a pagar para nos dizerem aquilo que já se sabia, mas que não se tinha executado. Referiu que mantinha algumas reservas, designadamente ao custo/benefício e também com algumas medidas e considerações que constavam no referido estudo, que considerava dúbias mas que também poderiam estar relacionadas com a interpretação pessoal que fazia. -----

----- Seguiu-se o senhor **Deputado Municipal/Presidente da Junta de Freguesia de Oleiros – Amieira, Fernando Dias** (GMMCO) a usar da palavra que, após cumprimentar os presentes na Sessão, referiu ter duas ou três observações a fazer. A primeira, independente do que tinha sido dito anteriormente e que subscrevia, o documento tinha uma parte relacionada com a ação em concreto. Nesse sentido, chamava a atenção para alguns calendários que, ao ser aprovado um documento daqueles, também se responsabilizava o Executivo pela sua execução. Prosseguiu para destacar que, no princípio do documento, era dito que, de acordo com os dados disponíveis, houve uma diminuição da população na última década. Depois, em jeito de comentário, lia-se que essa diminuição, pouco acentuada, podia ter sido amplificada pela situação pandemia que se tinha iniciado em 2020. Referiu que constar no estudo que a diminuição da população era pouco elevada, lhe parecia ser leviano, porque a diminuição da população era de catorze por cento no espaço de uma década. Um concelho que perdia catorze por cento da sua população numa década, considerou ser tudo menos uma ligeira perda de população. Acrescentou que devia preocupar todos o sinal vermelho que ali estava. Prosseguiu, referindo que havia alguns capítulos interessantes, o estudo abarcava uma imensidade de assuntos, contudo destacava uma rubrica, que considerava fundamental, a de combate à pobreza energética dos edifícios, com execução entre 2024 e 2026. Estava-se no final de 2024, porém restavam ainda dois anos para se

fazer o diagnóstico da situação, a intervenção e apoio ao acesso de financiamento também de edifícios de residência. Referiu que era também destacado, no estudo, o potencial florestal do concelho em que, das ações apontadas, uma era a criação de um programa de gestão florestal de áreas abandonadas, considerando que ali cabia, na perfeição, a reativação do viveiro. Julgava ter todo cabimento ser lançada essa vertente de produção de árvores, tendo em vista as medidas que eram elencadas no estudo. Destacou, que mais à frente no referido documento, no tocante ao combate a incêndios florestais falava-se na criação e formação de equipas de monitorização e alerta de incêndios florestais, tendo ficado com a dúvida se os atuais postos de vigias eram eficazes ou se se pretendia substituí-los ou melhorá-los. No seguimento da análise feita ao estudo, destacou um conteúdo que abordava os temas agricultura, florestas e pesca. Salientou a parte da floresta, designadamente um parágrafo que remetia para as boas práticas de gestão e ordenamento florestal. Nesse sentido, destacou as condições climatéricas previstas para aquele dia e que muito o preocupavam com o que podiam trazer em alguns lugares da sua freguesia, onde alguns madeireiros ignoravam as boas práticas, dando exemplos de situações que tinha documentadas com registo fotográfico. Mencionou que todas as pessoas tinham de trabalhar e que não era intenção de ninguém proibir a atividade de exploração florestal, contudo havia maneiras corretas e incorretas de o fazer. Finalizou a sua intervenção referindo que o documento era muito extenso, com muita informação que, na parte da execução, trazia responsabilidades acrescidas, algumas das quais tinha destacado. -----

----- Face ao exposto o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Miguel Marques (PPD/PSD)**, usou da palavra e começou por referir que confessava que esperava outro tipo de pergunta relativamente àquela questão, esperava que lhe tivessem perguntado se sendo aquele um documento obrigatório que os municípios deviam ter até final de 2023, o porquê de só agora estar a ser aprovado. Destacou que apenas cerca de quarenta por cento dos Municípios tinham aquele plano aprovado e que as sanções para os municípios que ainda não o tinham aprovado, poderiam ser, destacando como exemplo, penalizações no âmbito de candidaturas que envolvessem a transição energética. Nessa perspetiva, entendeu-se que o Município de Oleiros devia ter o seu plano de ação climática, tendo inclusive sido falado na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa - CIMBB, que o plano podia ser feito a oito (oito Municípios associados), no entanto, como já havia um município com o seu plano elaborado, acabou por não se avançar para essa solução. Referiu que, efetivamente, o presente plano poderia ter algumas questões que eram discutíveis, contudo julgava que, no seu geral, o documento apontava aquilo

que era o caminho que devia ser seguido. Recordou um momento que aconteceu na anterior sessão de Assembleia Municipal, designadamente a questão da utilização de químicos ou não, no combate e controlo de vegetação em vias, e tal como tinha sido apontado na presente sessão, a vegetação que estava a crescer para a estrada que ligava as localidades de Casal Novo e Madeirã. Destacou que tudo aquilo eram questões ambientais que cada vez mais eram prementes e exigentes, que o Município de Oleiros devia estar atualizado nesse âmbito, e, sendo uma obrigatoriedade dos municípios aprovarem aquele plano até final de 2023, de acordo com a Lei de Bases do Clima, apresentava-se, no momento, o plano que se entendeu para deliberação da Assembleia Municipal. Acrescentou ainda não ter presente o custo do referido estudo mas que podia dar/enviar essa informação ainda naquele dia aos senhores deputados. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, aprovar** a proposta número cento e sessenta e quatro barra dois mil e vinte e quatro, nos termos apresentados. -----

3 – Apreciação e votação da Proposta n.º 167/2024 - Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Oleiros - Amieira - Pintura do Edifício Sede da Junta de Freguesia -----

----- Foi presente ao Órgão Deliberativo a Proposta número cento e sessenta e sete barra dois mil e vinte e quatro, datada de dezassete de junho do corrente ano, com o assunto referido em epígrafe -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, aprovar** a proposta cento e sessenta e sete barra dois mil e vinte e quatro, nos termos apresentados. -----

4 – Apreciação e votação da Proposta n.º 178/2024 - Contrato de Cedência de Infraestruturas - Município de Oleiros e Águas do Vale do Tejo, S.A. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta número cento e setenta e oito barra dois mil e vinte e quatro, datada de vinte e quatro de junho do corrente ano, relativa ao Contrato de Cedência de Infraestruturas, entre Município de Oleiros e Águas do Vale do Tejo, S.A. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), fazendo uma síntese da proposta em apreço, referiu que a mesma visava colmatar ou complementar um contrato de concessão do sistema de abastecimento de água e saneamento do Vale do Tejo, que o Oleiros era um dos beneficiários, sem que tivesse sido formalizada a cedência das infraestruturas municipais. Solicitou, se fosse esse o entendimento, que o senhor Presidente da Câmara fizesse um melhor e breve enquadramento do assunto em apreço. -----

----- O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Miguel Marques** (PPD/PSD), informou ter

solicitado uma reunião à EPAL e de ter reunido com o senhor Presidente do Conselho Administração, Dr. Carlos Martins, e na presença de restantes departamentos, operacionais, engenheiros que estavam à frente da parte operacional. Tudo isto foi decorrente de um pedido, que teve origem no Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Oleiros, encaminhado ainda às Águas do Vale do Tejo, nomeadamente a cedência de um reservatório localizado no alto da Pisoria, sem qualquer utilização por parte da EPAL. O pedido surgia da intenção de usar o referido reservatório para o abastecimento de veículos terrestres no combate a incêndios. O assunto arrastou-se no tempo, embora fosse estabelecendo e mantendo contactos e falando com vários intervenientes. Informou ter solicitado também o uso de um furo localizado na Torna, junto ao hotel, que também não estava a ter qualquer utilização por parte da EPAL e de outras situações. Na reunião foram discutidas várias questões, nomeadamente questões relacionadas com a reorganização que houve naquele setor e conseqüentemente um protocolo que estava desatualizado, celebrado entre o Município de Oleiros e, à data, a empresa Águas do Centro, verificando-se a necessidade de se estabelecer um novo protocolo para os devidos efeitos. Esclareceu que decorrente daquela desatualização também foi interrompido o pagamento ao Município, desde 2018. Destacou que durante a reunião, foi referido que, assim que fosse estabelecido novo contrato, seriam pagas as dívidas existentes. Saliu a importância daquele novo contrato, porque iria criar a oportunidade de renegociar as cedências de infraestruturas que não estivessem a ser utilizadas pela EPAL e que podiam dar jeito e serem úteis ao abastecimento do concelho. -----

----- Seguiu-se o senhor **Deputado Municipal António Dias** (GMMCO) a usar da palavra. Apresentou um documento com algumas considerações sobre o assunto em apreço e simultaneamente com um conjunto de questões. Documento subscrito pelos senhores deputados do Grupo Municipal MCO, em apenso como **Anexo IX**. -----

----- O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Miguel Marques** (PPD/PSD), considerou ser preferível, para todos, responder por escrito às questões colocadas. Contudo e de forma geral, referiu que as questões agora apresentadas foram também colocadas na reunião que teve com a EPAL, destacando que os deveres ou as obrigações da entidade da EPAL eram questões que os preocupavam todos os dias, nomeadamente quando surgiam problemas, sobretudo com as ETARs, e normalmente as pessoas não ligavam para a EPAL, ligavam sim para a Câmara a queixarem-se de algum mau cheiro, das situações que vão ocorrendo. Apontou que, nesse sentido, se tem trabalhado em conjunto e em colaboração com pontos de contacto no setor do

ambiente do Município e da EPAL. Mas, obviamente, havia questões que tinha colocado na reunião que tinham de ter uma melhor execução e uma maior proximidade por parte daquela entidade, que não estava a acontecer. Quanto às outras questões colocadas, referiu que, oportunamente, iria responder por escrito. -----

----- Retomou a palavra o senhor **Deputado Municipal António Dias** (GMMCO) referindo que, da intervenção do senhor Presidente, tinha entendido que a EPAL não pagava ao Município aquilo que deviam pagar, porque entendiam que o contrato tinha que ser revisto e não foi. Destacou o paralelismo da situação, o incumprimento era da EPAL, porque não estavam a cumprir com os pagamentos ao Município. No entanto, implicitamente, estavam a dizer que haveria algum incumprimento da parte do Município (pelo contrato desatualizado), quando o incumprimento maior no tocante ao contrato anterior era da parte das Águas do Centro, atualmente EPAL, e não propriamente do Município. Obviamente que não se atrevia a dizer que o Município entrasse numa situação de retaliação no tocante a isso, o Executivo saberia aquilo que fazer, mas o paralelismo era aquele e por isso colocava aquele tipo de questões. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, aprovar** a proposta número cento e setenta e oito barra dois mil e vinte e quatro, nos termos apresentados. -----

5 – Apreciação e votação da Proposta n.º 184/2024 - Limpeza fossa séptica - Isenção do pagamento de taxa -----

----- Foi presente ao Órgão Deliberativo a Proposta número cento e oitenta e quatro barra dois mil e vinte e quatro, datada de vinte e oito de junho do corrente ano, relativa ao reconhecimento da isenção do pagamento de taxa municipal, pela prestação de serviços de limpeza de fossa. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, aprovar** a proposta número cento e oitenta e quatro barra dois mil e vinte e quatro, nos termos apresentados. -----

6 - Apreciação e votação da Proposta n.º 191/2024 - Apoio financeiro à Freguesia de Sarnadas de S. Simão - Revisão de preços - "Construção de Depósito de DFCI - Reparação de açude" -----

----- Foi presente ao Órgão Deliberativo a Proposta número cento e noventa e um barra dois mil e vinte e quatro, datada de quinze de julho do corrente ano, sobre o assunto referido em epígrafe. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, aprovar** a proposta cento e noventa e um barra dois mil e vinte e quatro, nos termos apresentados. -----

7 - Apreciação e votação da Proposta n.º 234/2024 - Contratação de Empréstimo a Médio/Longo Prazo no montante de 2.000.000,00€ -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta número duzentos e trinta e quatro barra dois mil e vinte e quatro, datada de cinco de setembro do corrente ano, relativa à aprovação da contratação de Empréstimo a Médio/Longo Prazo no montante de 2.000.000,00€. -

----- O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Miguel Marques (PPD/PSD)**, explicou que a contratação do presente empréstimo tinha em vista a execução de várias obras devidamente identificadas. Referiu que quando se iniciou aquele processo, quando foi tomada a decisão, obviamente que houve o cuidado de verificar situação financeira do Município e o seu equilíbrio financeiro, salientado que a capacidade de endividamento do Município estava muito longe daquilo que era o limite. Mencionou que as obras em causa eram importantes para o concelho, destacando a Central de Camionagem, à muito reclamada pela população, estando ainda a ser definido o local. Existiam também outras pavimentações que estavam devidamente identificadas e que se considerava necessitarem de um melhoramento, por serem estradas que tinham uma grande utilização por parte quer de residentes naquelas freguesias, quer pela comunidade em geral. Realçou, uma vez mais, que foi tido em consideração o equilíbrio financeiro do Município, assim como os empréstimos que ainda estavam a decorrer, para a tomada de decisão. Referiu ainda que talvez fosse possível captar fundos financeiros que, de alguma forma, davam algum conforto financeiro e permitiam amortizar também a dívida. -----

----- O senhor **Deputado Municipal António Dias (GMMCO)** apresentou um conjunto de questões num documento subscrito pelos senhores deputados do Grupo Municipal MCO, em apenso como **Anexo X**. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus (Grupo Municipal PSD e PPF)**, mencionou que iria dar o devido encaminhamento ao documento apresentado para uma resposta à posteriori. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, aprovar** a proposta número duzentos e trinta e quatro barra dois mil e vinte e quatro, nos termos apresentados. -----

8 - Apreciação e votação da Proposta n.º 238/2024 - Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta número duzentos e trinta e oito barra dois mil e vinte e quatro, datada de seis de setembro do corrente ano, relativa à Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, aprovar** a proposta número duzentos e trinta e oito barra dois mil e vinte e quatro, nos termos apresentados. -----

9 - Apreciação e votação da Proposta n.º 240/2024 - Protocolo de Parceria para a formalização e constituição da Estação Náutica de Oleiros -----

----- O Órgão Deliberativo tomou conhecimento da Proposta número duzentos e quarenta barra dois mil e vinte e quatro, datada de dez de setembro do corrente ano, relativa ao assunto em epígrafe. -----

----- O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Miguel Marques** (PPD/PSD), explicou que com a presente proposta se pretendia formalizar um protocolo de parceria para a criação da Estação Náutica de Oleiros. Informou que dos municípios associados da CIMBB, Penamacor foi o primeiro a fazê-lo e no momento estavam Oleiros e Proença a Nova, também para integrar aquela plataforma. Julgava ser um ato importante para as praias fluviais do concelho, fazer parte daquela estação náutica de Oleiros, uma iniciativa que tinha a chancela do Fórum Oceano e pretendia implementar diversas ações relativas ao meio aquático. Face aos factos, considerou-se que não se devia ficar de fora, dado às condições naturais de grande potencialidade que existiam no território. Informou terem sido contactados vários parceiros para fazerem parte e que, a qualquer momento, qualquer outro parceiro poderia juntar-se ao projeto. -----

----- O senhor **Deputado Municipal/Presidente da Junta de Freguesia de Oleiros – Amieira, Fernando Dias** (GMMCO) usou da palavra para deixar a sugestão, designadamente nos parágrafos onde se falava dos equipamentos e das paisagens que existiam, com certeza por lapso, não foram incluídos dois dos percursos pedestres que Oleiros tinha, sendo que um deles começa e acabava no Açude Pinto. Referiu que constavam todos os percursos do concelho, com exceção do PR5 - Trilho do Cabrito e do PR9 - Rota do Religioso. Referiu ainda que quando se fazia a apreciação daqueles documentos, era no pressuposto que após a discussão, eles pudessem ser melhorados. Da mesma forma, quando anteriormente referiu no capítulo da gestão florestal, o problema da exploração florestal, a ideia era que talvez fosse oportuno criar-se um regulamento municipal de utilização das vias, e que se comunica-se quando começavam e acabavam os trabalhos, uma coisa simples que permitia uma melhor gestão da floresta. A mesma coisa acontecia no momento, quando dava aquelas sugestões, não estava a criticar o trabalho, mas sim a dar uma sugestão de ser melhorado. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), referiu ficar registada a recomendação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, aprovar** a proposta número duzentos e quarenta barra dois mil e vinte e quatro, nos termos apresentados. -----

Colony

10 - Designação de comissário a integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Oleiros -----

----- O Órgão Deliberativo tomou conhecimento da proposta datada de dezasseis de setembro do corrente ano, relativa à designação de comissário a integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Oleiros, propondo a renovação do mandato da representante dos cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal de Oleiros, a senhora Regina Maria das Neves Fernandes. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), questionou os presentes se tinham outras propostas para apresentar. -----

----- Não houve mais propostas apresentadas. -----

----- Após votação por escrutínio secreto foram contabilizados vinte e quatro votos a favor da recondução de Regina Maria das Neves Fernandes para o efeito, tendo-se registado também um voto nulo. -----

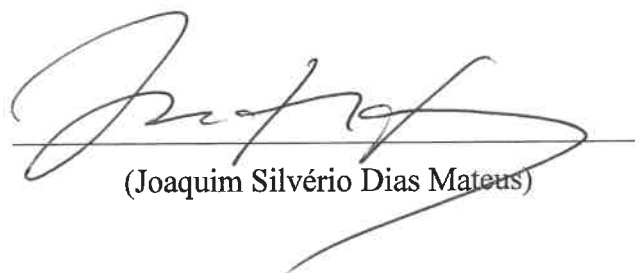
- Intervenção dos Múncipes (n.º 1, do Art.º 49.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro) -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF) abriu período de inscrição para múnicipes usarem da palavra. -----

----- Não se registaram inscrições. -----

----- Não havendo mais pontos na Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), colocou a minuta da ata para aprovação. A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de terem execução imediata, ao abrigo dos n.º 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E, não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Joaquim Mateus** (Grupo Municipal PSD e PPF), declarou encerrada a Sessão, pelas dezasseis horas e quarenta e quatro minutos. Dela se lavrou a presente ata, que será assinada pelos Membros da Mesa, depois de lida e aprovada. -----



(Joaquim Silvério Dias Mateus)

plbo Camilo Batista Lourenço
(Maria Amélia Sousa Eusébio Marques dos Santos)


(Ângelo de Jesus Antunes)



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E PELO PROGRESSO DA FREGUESIA DE ORVALHO

Proposta

O Grupo da Bancada do PPD/PSD e Pelo Progresso da Freguesia de Orvalho, eleitos para a Assembleia Municipal, propõem um VOTO DE PESAR pelo falecimento, no passado dia 14 de setembro, do senhor António Martins Ventura.

António Ventura, como era mais conhecido, reformado, deixou-nos subitamente no passado dia 14 de setembro, com 74 anos de idade.

Manifestou, ao longo da sua estadia a vontade de sempre colaborar, dedicando uma grande parte do seu tempo a associações, entre outras, a dos Bombeiros Voluntários, Sociedade Filarmónica, de Caçadores e Casa do Benfica em Oleiros, mas também ao nível profissional, onde foi funcionário dos CTT-Correios de Portugal. A sua atividade político partidária, fez-se sentir particularmente na terra onde cresceu, porquanto foi um interventivo convicto e um político ativo, onde sempre teve um cunho muito pessoal, abraçando os seus ideais. Enveredou pelos do Partido Socialista e mais tarde pelo, Nós Cidadãos e atualmente pelo Mais Concelho de Oleiros, onde desempenhou e desempenhava cargos autárquicos, atualmente o de segundo secretário da Assembleia de Freguesia de Oleiros-Amieira.

Quem com ele teve a oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua vertente humanista, social, um homem de causas, um homem de bem e um amigo do seu amigo, que merece um profundo respeito e admiração de todos.

Assim, os membros eleitos pelo PPD/PSD, e pelo Progresso da Freguesia de Orvalho manifestam o mais profundo pesar pela partida do Sr. António Martins Ventura e no reconhecimento do seu exemplo de cidadão, endereçam ao Movimento pelo qual atualmente foi eleito e que desempenhava as funções de 2.º secretário da Assembleia de Freguesia, e em especial à sua família, as nossas sentidas condolências.

Pela sua dedicação ao serviço público, como última expressão de gratidão, propõem que a Assembleia Municipal, nesta sua sessão ordinária delibere apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências;

Oleiros, 25 de setembro de 2024.

Luís Nunes
Rui Faria



Anexo II

Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho

VOTO DE PESAR

João Mateus

Os representantes do grupo municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho expressam o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Mateus, um destacado oleirense que serviu a nossa população e o nosso concelho com empenho e dedicação, tanto como funcionário da autarquia como provedor da Santa Casa da Misericórdia de Oleiros, sempre ligado à causa pública e social.

Ficará para sempre lembrado pelo seu trabalho incansável em prol do bem-estar social, pelo apoio aos mais vulneráveis e pela sua notável contribuição ao desenvolvimento e ao fortalecimento do nosso concelho. A sua dedicação à nossa terra e às suas gentes deixa um legado de generosidade e compromisso comunitário que perdurará na memória de todos.

Estendemos as mais sentidas condolências à família.

Oleiros, 25 de setembro de 2024.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho,



Anexo IV

Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho

VOTO DE FELICITAÇÃO AO MUNICÍPIO DE OLEIROS

XXII Feira do Pinhal e Dia do Concelho

Os representantes do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho expressam as suas sinceras felicitações ao Município de Oleiros pelo extraordinário sucesso da XXII edição da Feira do Pinhal e pelas celebrações do Dia do Concelho, em 2024.

Destacamos a crescente adesão de expositores e visitantes, que reforça a relevância deste evento na promoção da identidade e cultura do nosso concelho. A diversidade das atividades e a qualidade dos espetáculos voltaram a demonstrar o empenho da organização em promover o que de melhor Oleiros tem para oferecer.

O programa do Dia do Concelho foi, mais uma vez, motivo de grande emoção, refletindo o compromisso da Câmara Municipal com a proximidade aos oleirenses.

Felicitamos, assim, o Município de Oleiros, a organização, os expositores, os artistas e todos os envolvidos, que contribuíram para o êxito destas celebrações.

Oleiros, 25 de setembro de 2024

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho



“MAIS CONCELHO DE OLEIROS” (MCO)

Ex.mo Senhor

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
OLEIROS**

ASSUNTO: Voto de Pesar e de Reconhecimento. Senhor António Martins Ventura.

O senhor António Ventura foi membro da Assembleia de Freguesia de Oleiros-Amieira durante três mandatos consecutivos. Desempenhou o cargo de presidente deste órgão entre 2017 e 2021 e, desde então, era secretário da mesa. Todos se recordarão que como público assistiu a muitas Assembleias Municipais.

No seu percurso de vida conhecido teve um papel ativo em diversas associações de Oleiros; envolveu-se em muitas iniciativas sociais, culturais e políticas no nosso concelho. Graças à sua conduta cordial e afável, ao longo da vida e em todos os locais por onde passou granjeou inúmeras amizades e reconhecimento.

Assim, na primeira Assembleia Municipal após o seu falecimento, o Grupo Municipal Mais Concelho de Oleiros propõe um voto de pesar pelo falecimento do senhor **António Martins Ventura** e apresenta um voto de reconhecimento pelos serviços prestados à população e pela defesa dos interesses da nossa terra.

Oleiros, 25 de setembro de 2024

Ana Ramos
O Grupo Municipal,

“MAIS CONCELHO DE OLEIROS” (MCO)

Ex.mo Senhor

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
OLEIROS**

ASSUNTO: Semana da Juventude. Falta de lugares no Berçário. Recomendação

O **GRUPO MUNICIPAL MAIS CONCELHO DE OLEIROS**, regista o evento “semana da Juventude”, como regista com satisfação todos os eventos que possam ter lugar que deem vida às nossas terras; isto apesar da localização do evento destinado a juventude, junto ao Lar da Santa Casa da Misericórdia, com eventos com elevado ruído até de manhã, possa suscitar reservas quanto a esta localização.

No entanto, verificamos com muita preocupação que apesar do número de nascimentos no concelho ser relativamente modesto, que ainda assim não há vagas suficientes no Berçário, o que leva a que os constrangimentos para quem trabalha seja muitos e que haja pessoas que tenham de equacionar residir noutros concelhos próximos.

Recomenda-se ao Município a resolução desta situação, designadamente promovendo a ampliação de lugares no Berçário através de protocolo adequado com a Santa Casa da Misericórdia de Oleiros ou, em alternativa, que se equacione disponibilizar equipamento que assegure também aquelas funções de Berçário

Oleiros, 25 de setembro de 2024

Ana Ramos
JLB

O Grupo Municipal,





“MAIS CONCELHO DE OLEIROS” (MCO)

Ex.mo Senhor

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
OLEIROS**

ASSUNTO: Voto de Pesar e de Reconhecimento. Senhor João Mateus.

O senhor **João Mateus** teve um papel ativo em diversas coletividades do concelho. Foi executante e dirigente da Sociedade Filarmónica Oleirense; foi bombeiro e dirigente dos Bombeiros Voluntários, colaborou na criação do Rancho Folclórico de Oleiros. Desempenhou o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Oleiros, à qual deu um impulso significativo ao nível das instalações e dos serviços prestados. Além disso, desempenhou funções de responsabilidade na Câmara Municipal de Oleiros

Ao longo de décadas, o Senhor João Mateus, ou senhor João da Lameira como muitas vezes era carinhosamente referido, teve um papel relevante e empenhado na valorização do património cultural de Oleiros e das tradições locais. Foi um homem bom, que ao longo da vida deu um pouco de si em prol da nossa comunidade e, por isso, devemos-lhe a ele e à família o nosso reconhecimento..

Assim, o Grupo Municipal Mais Concelho de Oleiros manifesta o seu pesar pelo falecimento do senhor **João Mateus** e deixa um voto de reconhecimento pelo seu papel ativo e relevante na promoção da cultura, dos valores humanos e por ter prestado serviços relevantes à nossa comunidade.

Oleiros, 25 de setembro de 2024

O Grupo Municipal,



Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho

VOTO DE FELICITAÇÃO AO MUNICÍPIO DE OLEIROS

Feira de Emprego de Oleiros – 1.ª Edição

Os representantes do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho vêm, expressar as suas felicitações ao Município de Oleiros pela organização e sucesso da 1.ª edição da Feira de Emprego – Um interior de Oportunidades.

Este evento demonstrou a capacidade do concelho em promover as suas empresas e entidades, as suas oportunidades de recrutamento e valorização do tecido empresarial local, aproximando à população, aos jovens e a comunidade escolar do mercado de trabalho. A diversidade de empresas presentes, aliada à excelente organização, reflete o empenho da Câmara Municipal em criar novas pontes entre a educação e o setor económico.

Felicitamos, assim, o Município de Oleiros, bem como todas as empresas, entidades, parceiros e participantes, que contribuíram para o êxito deste importante evento.

Oleiros, 25 de setembro de 2024

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Pelo Progresso da Freguesia do Orvalho

Anexo IX



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Kiche' and 'leg'.

“MAIS CONCELHO DE OLEIROS” (MCO)

Ex.mo Senhor

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
OLEIROS**

Assunto: Proposta 178/2024 – Contrato de Cedência de Infraestruturas Municipais às Águas do Vale do Tejo

Consta da proposta 178/2024, a intenção do Município ceder às Águas do Vale do Tejo, S.A as infraestruturas Municipais em Alta, a saber. água e águas residuais. Num dos aspetos que mais importará a todos nós, o Município de Oleiros suportará, anualmente, o pagamento de caudais mínimos, cabendo às águas do Centro a responsabilidade de administrar quer os sistemas de abastecimento de água de Oleiros, Estreito e Orvalho, quer das ETAR de Oleiros, Orvalho, Cambas e Estreito.

Notamos, a este respeito, que há um contrato de cedência e de concessão atualmente em vigor, que no que respeita às águas residuais previa intervenções significativas ao nível das ETAR de Cambas, Orvalho e Estreito. Aliás, do que se tem presente, em pelo menos numa destas situações – Cambas – estava mesmo prevista uma nova ETAR, que do que se tem presente não foi executada.

A título de exemplo, a ETAR de Cambas é constituída por um sistema com tanques de armazenamento, sendo um deles roto, para escoamento e infiltrações das águas que vão transitando de um para outro tanque. Este sistema encontra-se a menos de cinco metros do leito do Rio Zêzere e, especialmente no decurso do verão, é visível a olho nu o escoamento destas águas diretamente para o Zêzere. Tem-se conhecimento que a intervenção nesta ETAR está

prevista há muitos anos e que se impõe porque, como todos sabem, o Rio Zêzere abastece o consumo humano de mais de 35% da população Portuguesa.

Questiona-se o Município, na pessoa do Senhor Presidente:

Qual o grau de execução dos anteriores contratos de concessão?

Há algum relatório acerca da execução deste contrato?

Está designado algum responsável pela gestão deste contrato?

O Município de Oleiros, antes da celebração do contrato de cedência de infraestruturas, interpelou as Águas do Centro para a execução do anterior contrato de concessão e cedência de infraestruturas?

Há alguma garantia de intervenção por parte da concessionária nas ETAR do concelho de Oleiros, designadamente da ETAR de Cambas?

O Município equaciona não assinar o atual contrato de cedência de infraestruturas sem garantias de execução dos compromissos assumidos pelas águas do vale do Tejo relativamente às ETAR do Concelho?

Oleiros, 25 de setembro de 2024

Os eleitos pelo Grupo Municipal,



Handwritten signatures in blue ink, including the name Ana Ramos at the bottom.

Anexo X



“MAIS CONCELHO DE OLEIROS” (MCO)

Ex.mo Senhor

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
OLEIROS

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AP', 'K', 'Aq', and 'cum']

Assunto: Proposta 234/2024 – Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo

Consta da proposta 234/2024, a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de dois milhões de euros.

Todos teremos presente que, já neste mandato foi aprovado um outro financiamento também de ^{aproximadamente} dois milhões de euros, com fundamentos ou razões muito próximas daquelas que são referidas como justificação do financiamento que se encontra em aprovação, que no fundo é a execução de infraestruturas específicas e determinadas.

Bem sabemos, todos, que a capacidade de endividamento do Município é limitada e que a aprovação de mais este financiamento constituirá menor capacidade no futuro. No entanto, o que mais nos deve preocupar são as razões que são apresentadas para justificar o referido pedido de financiamento, designadamente as infraestruturas a que se destinam.

Questiona-se, a este respeito, se há projetos aprovados para cada uma das infraestruturas que são referidas como justificação para o financiamento?

Se ainda não existem projetos, não seria mais razoável aguardar pelos projetos e depois aprovar-se o financiamento, até em face da acentuada redução das taxas de juro que estão a verificar-se desde o segundo trimestre do ano?

«Estabeleceri aproximadamente» Aq

Especificamente, está definido o local e existe projeto para o futuro terminal rodoviário de Oleiros?

A não concretização de qualquer das infraestruturas previstas para justificar o financiamento levará a que o financiamento não seja todo utilizado?

Os juros previstos no contrato são devidos pela totalidade do financiamento, independentemente da utilização dos seus montantes ou são em função dos valores utilizados?

Porque é que juntamente com a proposta não veio o mapa de serviço de dívida do Município?

Oleiros, 25 de setembro de 2024

Os eleitos pelo Grupo Municipal,



The image shows several handwritten signatures in blue ink. One signature is clearly legible as 'Abu Damer'. There are other illegible signatures, including one that appears to be 'C. M. M.' and another that looks like 'J. M. M.'. A large, stylized signature is also present, possibly 'A. M. M.'.